


# EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO SOCIAL A PARTIR DE PAULO FREIRE: CONCEITOS EM DISPUTAS OU COMPLEMENTARES?


POPULAR EDUCATION AND SOCIAL EDUCATION FROM PAULO FREIRE: DISPUTE OR COMPLEMENTARY CONCEPTS?

EDUCACIÓN POPULAR Y EDUCACIÓN SOCIAL A PARTIR DE PAULO FREIRE: CONCEPTOS EN DISPUTAS O COMPLEMENTARIOS?


**Fernanda Santos Paulo\***

 <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

**Nara Rosana Godfried Nachtigall\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6697-7437>

**Taís Pereira de Gões\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-1974-087X>

**REVISTA PEDAGÓGICA**

**Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecô | ISSN 1984-1566**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

**Como referenciar este artigo:** PAULO, F. S.; NACHTIGALL, N. R. G.; GÕES, T. P. Educação Popular e Educação Social a partir de Paulo Freire: conceitos em disputas ou complementares?. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 21, p. 43-62, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v21i0.4535>

**RESUMO:** O artigo trata da relação entre dois usos conceituais no contexto da educação não escolar: a educação popular e a educação social. A análise parte do referencial de Paulo Freire e da interlocução com um material empírico, advindo de dois cursos de formação de educadores sociais. Avaliamos que para além de uma disputa de conceitos e de projetos educacionais, há compreensões contraditórias em relação ao uso de Paulo Freire na afirmação da educação social como fundamento da prática educativa de educadores sociais. Em nossas análises, baseadas no referencial da pedagogia crítica, na pesquisa bibliográfica e de campo, esses conceitos não são complementares, ao contrário estão em disputa por afirmação e reconhecimento de uma nova área da educação.

**Palavras-chave:** Educação popular. Educação social. Educadores Sociais. Movimentos sociais e Universidade. Trabalho e educação não escolar.

**ABSTRACT:** The article deals with the relationship between two conceptual uses in the context of non - school education: Popular education and social education. The analysis starts from Paulo Freire's reference point and from the interaction with an empirical material, coming from two training courses for social educators. We evaluate that in addition to a dispute about concepts and educational projects, there are contradictory understandings regarding the use of Paulo Freire in the affirmation of social education as the foundation

of the educational practice of social educators. In our analyzes, based on the reference of critical pedagogy, in bibliographical and field research, these concepts are not complementary, rather they are in dispute for affirmation and recognition of a new area of education.

**Keywords:** Popular Education. Social education. Social Educators. Social movements and University. Non-school work and education.

**RESUMEN:** El artículo trata de la relación entre dos usos conceptuales en el contexto de la educación no escolar: la educación popular y la educación social. El análisis parte del referencial de Paulo Freire y de la interlocución con un material empírico, proveniente de dos cursos de formación de educadores sociales. En la afirmación de la educación social como base de la práctica educativa de educadores sociales, se observa que, además de una disputa de conceptos y de proyectos educativos, hay comprensiones contradictorias en relación al uso de Paulo Freire en la afirmación de la educación social. En nuestros análisis, basadas en el referencial de la pedagogía crítica, en la investigación bibliográfica y de campo, esos conceptos no son complementarios, al contrario están en disputa por afirmación y reconocimiento de una nueva área de la educación.

**Palabras-clave:** Educación popular. Educación social. Educadores sociales. Movimientos sociales y universidad. Trabajo y educación no escolar.

## 1 Introdução

O conceito de Educação popular pode ser localizado em várias literaturas, dentre elas nos livros de Paulo Freire, autor de referência para este artigo. Nos estudos de Paludo (2001), Streck (2006), Brandão (2006) e Paulo (2018) identificamos as múltiplas identidades, sentidos e significados da educação popular, sendo que estes autores elegeram a pedagogia crítica, sobretudo a partir de Paulo Freire, para fundamentar a educação popular.

Paludo (2001) e Paulo (2018) são duas autoras que se debruçaram sobre os sentidos e significados do popular na educação. Como demonstração do trabalho realizado pelas autoras vejamos o que dizem sobre o uso da educação popular de caráter não revolucionário: “A ordem do Império legitimava e expressava a institucionalização da ‘segregação real’ do povo e dos escravos (do popular), que acontecia no âmbito das relações econômicas, culturais e políticas” (PALUDO, 2001, p. 31).

Paulo (2018) faz um levantamento de práticas e teóricos que utilizam a expressão Educação popular e, em uma das análises diz que: “[...] na minha interpretação, o sentido da Educação popular para Pestalozzi é de cunho assistencialista. [...] . Ele [Andrés Bello (1781-1865)], na minha leitura, compreende a educação popular como metodologia de ensino e de popularização da educação escolar” (2018, 179-180). As autoras sustentam ser necessário discutir os tipos de compreensão de educação popular e definir qual defendemos, porque e a partir de quais referenciais.

Ribeiro (2006) apresenta um texto aproximando-se com as inquietações de educadores que trabalham na educação escolar e não escolar com referência na Educação popular e no Paulo Freire. Neste texto, a autora manifesta uma importante preocupação em torno dos conceitos de educação social e exclusão social, educação popular e emancipação. O ponto de partida da autora é interessante porque ao tratar desse conceito o faz numa perspectiva crítica, a luz do materialismo histórico dialético, o que exigiu um esforço teórico-metodológico na defesa de sua tese: “Penso que seja necessário ter-se mais clareza acerca dos conceitos, na qualidade de ferramentas de luta, com os quais trabalhamos e elaboramos propostas. Do contrário, corremos o risco de estar reformando o “velho” com a ilusão de estar forjando o “novo”. (RIBEIRO, 2006, p.173).

Fazendo uso das suas palavras: “Desafiou-me, sobretudo, o conceito de educação social porque o segundo termo da expressão, o “social”, parece-me, num primeiro momento, configurar-se como uma redundância, ou figura de linguagem chamada pleonasma” (RIBEIRO, 2006, p. 160). Discutiremos essa problemática ao longo do texto, utilizando pesquisas bibliográficas e empíricas.

A introdução do texto de Ribeiro provocou suas alunas a produzirem um artigo, inspiradas pelas experiências da *Associação de Educadores Populares de Porto Alegre*

\* Educadora Popular. Doutora em educação pela Unisinos. Professora do PPG em educação da Unesco- Joaçaba-SC. Militante do Movimento de Educação Popular (MEP) e da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). Professora no curso de educadores Sociais da Aeppa e do Instituto Social Brava Gente. Já exerceu a ocupação de educadora social.  
E-mail: fernandaeja@yahoo.com.br

\*\* Mestranda em Educação pela UFRGS. Professora da rede municipal de Vião. Professora no curso de educadores Sociais da Aeppa e do CEFOR. Já exerceu a ocupação de educadora social. Militante da Aeppa.  
E-mail: nara.educa@hotmail.com

\*\*\* Educadora Popular há 12 anos. Estudante de Pedagogia na Universidade Católica Dom Bosco. Coordenadora do SCFV. Experiência como educadora social há 6 anos. Participante da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre no núcleo: educadores sociais.  
E-mail: tais.dallasta@gmail.com

(PAULO; BIERHALS; CONTE, 2013). Nesse texto, as autoras afirmam que “Muitos projetos técnicos utilizam referências da Educação popular baseada em Freire, e, no mesmo documento fazem a opção pela educação social, como se as duas concepções fossem iguais” (2013, p.136). Essas questões são centrais nos estudos de Paulo (2010, 2013, 2018) e nas atividades de formação político-pedagógica realizadas na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

Recentemente, na *Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (CONANDA) de Nº. 187/2017, localizamos a presença da expressão educação social de rua neste documento como:

**Enquanto prática, a Educação Social de Rua** pressupõe relação e diálogo com o público atendido, com o território e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que é composto pela articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para a prevenção, promoção, defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. (p.2. Grifo nosso)

Diante de colocações em documentos como este (CONANDA de Nº. 187/2017) que utiliza Paulo Freire nas suas referências bibliográficas (p. 9), o núcleo de formação da Aeppa e do *Movimento de Educação popular* (MEP) iniciou algumas atividades de pesquisa e estudos sobre o tema, especialmente através do Grupo de Estudos e Pesquisa: *Paulo Freire e Educação popular vinculado* à AEPPA. No caso particular desta Resolução é importante esclarecer que o espaço dedicado ao trabalho de educadores sociais é: “A educação social de rua ocorrerá em todo lugar onde forem identificados crianças e adolescentes em situação de rua” (BRASIL- CONANDA n. 187/2017, p.4).

Na Aeppa, entre os anos de 2017 e 2018, realizaram-se dois cursos de formação de educadores sociais na perspectiva da Educação popular e destes há um amplo material empírico desde Cadernos de Registros, entrevistas com educadores cursistas e educadores sociais externos, até sistematização das entrevistas realizadas em instituições que contratam educadores sociais na cidade de Porto Alegre, RS.

No decorrer dos textos abordaremos essas preocupações, tomando como problematização a seguinte questão: Educação popular e educação social a partir de Paulo Freire: conceitos em disputas ou complementares?

## **2 Associação de Educadores Populares de Porto Alegre**

A *Associação de Educadores Populares de Porto Alegre* (AEPPA) é um movimento popular organizado,

inicialmente, por educadoras populares do bairro Glória, cujo processo de constituição ocorreu na década de 1990, a partir do contexto social e político da reconfiguração das políticas sociais e educacionais, mais especificamente quando foi extinta a *Legião Brasileira de Assistência* (LBA) em 1993.

Diante do ocorrido, as creches comunitárias ficaram sem os recursos advindos do Governo Federal e, ao perderem o convênio com a LBA, se organizaram, juntamente com as suas comunidades, para cobrar e buscar, junto ao poder público municipal, alternativas para aquele problema. Naquele momento, reuniram-se as educadoras, comunidades e lideranças comunitárias, a fim de se mobilizarem, no âmbito da cidade, reivindicando do poder público a responsabilização quanto ao atendimento à infância, mediante o referencial estabelecido na Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Da manifestação, resultaram os convênios entre Prefeitura Municipal de Porto Alegre, via Secretaria Municipal de Educação e instituições comunitárias. A proposta de convênio previa regime de colaboração entre o poder público municipal e entidades mantenedoras: associações de moradores, de bairro etc.

Foi a partir deste contexto que um grupo de mães educadoras pensou na organização de um espaço de mobilização em prol da qualificação do trabalho, através da formação de educadores vinculadas as creches comunitárias e, depois, de educadores que trabalhavam com o extraclasses (hoje, *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*).

A luta se revitalizou em 1996, quando uma notícia saiu em um jornal abordando a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN), mais especificamente no que se referia à exigência da formação de educadores de creches (1996, Art. 62). Desde o conhecimento a respeito da necessidade de formação, um grupo de educadores populares realizava discussões baseadas na lei, já pensando soluções para o problema existente consoante a falta de formação. Mesmo sendo sabedores de que a alternativa seria um processo de formação profissional, existia uma discussão sobre que tipo de formação seria necessária àquele contexto de trabalho. Optou-se, como política de reivindicação e identidade do movimento popular, por realização de formação em instituição educacional e nos movimentos populares.

Desde então, o movimento tem ocupado vários espaços da cidade para a realização de formação política e profissional de educadores (que atuam em contextos escolares e não escolares. No tocante a educação não escolar, participam na Aeppa educadores sociais.

Relativo ao conceito de educação não escolar (ENE) compreendemos que:

A ENE adquire caráter de processo pedagógico, nesse sentido, quando suas intencionalidades são explicitadas e configuram modos da ação sistematizados com base numa concepção pedagógica que relaciona finalidades e metodologias educativas, atuando como elemento mediador da sua realização como atividade humana inserida em múltiplos contextos. (SEVERO, 2015, p.573).

Em nossa compreensão, a educação não escolar pode vir a se constituir como uma modalidade da educação, com um campo específico de atuação que pode ser institucionalizada (formalizada) ou não institucionalizada. Neste texto e no contexto da nossa pesquisa empírica tratamos da educação não escolar realizada em espaços formalizados e vinculados às políticas sociais. Dizendo de outra forma, o educador social que trabalha em espaço não escolar é um dos agentes promotores das políticas de garantia de direitos, desenvolvendo práticas educativas, que em alguns casos, são apenas interventivas. O público atendido na maioria desses espaços encontra-se em situação de extrema pobreza. Cabe pesquisar qual o fundamento filosófico, sociológico, educativo e pedagógico do trabalho desse educador.

Conforme define Demo (1994), a política social deveria ser preventiva e redistributiva. Mas, muitas vezes, a execução dessas políticas, faz perpetuar as desigualdades sociais porque não resolve os problemas na sua origem. Eis o desafio da compreensão do processo educativo e pedagógico no cotidiano do trabalho da educação não escolar. O educador social, um dos trabalhadores da execução da garantia de direitos, em nosso entendimento necessita de um tipo de formação. Daí a emergência de debates nacionais sobre que tipo de formação: Pedagogia? Superior técnico? Curso técnico em nível médio?

Das respostas às nossas inquietações, realizamos roda de conversas com educadores que realizaram os cursos na Aeppa e estes trouxeram algumas questões, as quais serão tratadas no final deste texto. Entretanto, um dos pontos centrais é o tema da educação escolar e não escolar, sendo que foi unânime o entendimento de que a atuação dos educadores sociais se dá no contexto não escolar.

Referente à trajetória de busca por formação profissional, mais de 800 educadores(as) concluíram seus cursos em nível normal (magistério), graduação (principalmente, pedagogia) e especialização. Os cursos foram demandados pela Aeppa e todos possuíam no currículo e na proposta política e metodológica a educação popular como inspiração.

Concernente às formações de educadores sociais muitos dos participantes da Aeppa realizam cursos de extensão com o tema: Formação de educadores sociais na

perspectiva da Educação popular. Esse curso é oferecido pela Aeppa desde 2017, mas antes era ofertado pelo Instituto Social Brava Gente desde 2010, também nos pressupostos da pedagogia freireana.

### **3 Educação popular e as concepções segundo Paulo Freire**

Analisamos mais de 50 materiais bibliográficos de autoria de Paulo Freire, elegendo 21 livros para o aprofundamento conceitual referente a educação popular, conforme exposto no quadro 1. Utilizamos dois critérios para a escolha desses materiais: 1) ser livro, excluindo matérias em jornais, entrevistas e artigos; e, 2) livros que tenham a presença da expressão Educação popular explicitamente. Não temos a pretensão de analisar livro a livro, mas de apresentar um retrato geral da presença da educação popular nas obras de Paulo Freire, seus sentidos e significados.

Observamos que na totalidade de materiais bibliográficos analisados em nenhum deles localizamos a expressão educação social, nem mesmo no livro mais conhecidos entre os educadores sociais de autoria de Paulo Freire denominado: *Educadores de rua: uma abordagem crítica*, de 1989.

No conjunto dos materiais selecionados identificamos diferentes significados e sentidos para o emprego do termo Educação popular, tais como:

- 1) Educação popular como espaço de atuação;
- 2) Educação popular como movimento;
- 3) Educação popular como acesso;
- 4) Educação popular como concepção alargada, incluindo projeto de mundo;

Para correlacionar essas 4 características aos livros de Paulo Freire, apresentamos um quadro demonstrativo (nº 1) que, ao longo do texto, será desenvolvido na relação entre educação popular e educação social. Faremos essa discussão a partir de transcrições textuais tanto de livros de Freire, como do uso de entrevistas e dos cadernos de registro que versam sobre essa temática e são advindos do nosso estudo empírico.



**Quadro 1** – Pesquisa e Análise Bibliográfica

<b>Livros publicados com a presença da expressão Educação popular explicitamente</b>	<b>Significados e sentidos da Educação popular associados as 4 características apresentadas anteriormente</b>
Educação e atualidade brasileira	1 e 3
Educação como prática da liberdade	1, 2, 3 e 4
Pedagogia do oprimido	3
Extensão ou comunicação?	4
Cartas a Guiné-Bissau	1, 2 e 3
A importância do ato de ler em três artigos que se completam	1, 2 e 3
Conscientização - Teoria e Prática da Libertação	1, 2, 3 e 4
Por uma pedagogia da pergunta	1, 2, 3 e 4
Pedagogia: diálogo e conflito	1, 2 e 4
Aprendendo com a própria história	1,2, 3 e 4
Que fazer: teoria e prática em Educação popular	1,2, 3 e 4
Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra	1, 2 e 3
A educação na cidade	1 e 4
Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido	1, 2, 3 e 4
Política e educação	1, 2, 3 e 4
Cartas a Cristina	1, 2 e 3
À sombra desta mangueira	1 e 3
O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social	1, 2, 3 e 4
A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	1,2, 3 e 4
El grito manso	1 e 3
Virtudes do educador	1, 2 e 3

Com relação ao quadro acima, a coluna que identifica os significados e os sentidos da educação popular associados às características apresentadas anteriormente, explicitam que as caracterizações em 4 partes não são inertes, fixas e isoladas. Esses apontamentos possuem traços relacionais que compõem um conjunto de compreensões que, na sua totalidade, reflete o contexto histórico em que a concepção de educação popular foi elaborada por Paulo Freire.

Inicialmente, como podemos observar, no primeiro livro analisado, a educação popular associava-se à luta política e histórica pelo direito a escolarização da classe popular, da participação da elaboração desses saberes e na construção de instituições verdadeiramente democráticas. Embora não haja um aprofundamento conceitual explícito, no tocante ao conceito de educação popular, vejamos como ela se apresenta:

Nas câmaras e nos senados municipais da colônia, vivendo de eleitos cujos nomes haviam

de estar inscritos livros da nobreza? Câmaras e Senados de que não podia participar o homem comum, enquanto homem comum? No descaso à **Educação popular** a que sempre fomos relegados? (FREIRE, 1959, p. 79, grifo nosso).

Na citação acima, encontramos a dimensão política problematizadora que tratava do direito à educação e da necessária vinculação do “homem comum” no processo participativo da apropriação e construção do conhecimento, assim como na defesa da democratização das instituições. Apesar de não encontrar, neste livro, uma concepção declarada de *educação popular como movimento*, suspeitamos que seja daí que desponta as primeiras argumentações teóricas de Freire sobre o que, mais tarde, ele vem a definir com maior clareza o seu entendimento de educação popular inspirada pela pedagogia revolucionária. Já no segundo livro, localizamos a educação popular como movimento que interessava “[...] sobretudo suas implicações sociais e políticas” (FREIRE, 1967, p.11). Deste livro em diante, com mais ou menos intensidade, a concepção de educação popular tem como expressão um projeto de educação e de mundo, que, portanto, contempla a luta pela ocupação dos espaços via acesso à educação, o que temos chamado de *pedagogia dos direitos* por meio de uma educação crítica, problematizadora e conscientizadora, por isto libertadora (FREIRE, 1987).

Talvez, por esse caminho, seja mais fácil situar e compreender o porquê Freire em seu livro utilizou inúmeras vezes, a Educação popular como acesso e difusão da escolarização concatenada ao espaço de atuação. Os tempos históricos da produção dessas obras revelam uma realidade de grande desigualdade educacional, onde mais de 40% da população brasileira não era alfabetizada, segundo o Mapa do *Analfabetismo no Brasil*<sup>1</sup>. Em outras palavras, a defesa de Freire da educação popular como acesso e construção de espaço de atuação que fosse democrático e participativo é coerente com a perspectiva da pedagogia crítica.

Com o decurso dos anos, o educador passa a alargar esse entendimento, reconhecendo que “[...] se descobre que a **Educação popular** tem graus diferentes, ela tem formas diferentes” (FREIRE, 1989, p. 20). Isto posto, a educação popular como movimento perpassa pela luta contra a sociedade capitalista que não era só uma luta de Freire. Com ele, outros tantos educadores lutaram contra a educação e sociedade opressoras. Também, conforme a análise, é possível afirmar que a concepção de educação popular de Freire se amplia a partir da interlocução com outros educadores, o que pode ser verificado nos livros escritos com outros autores, como é o caso das obras: *Por uma pedagogia da pergunta* (1985), *Pedagogia: diálogo e conflito* (1995), *Que fazer: teoria e prática em educação popular* (1993), *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social* (2003) e *El grito manso* (2006).

1 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>



Paulo Freire, como foi mencionado anteriormente, em nenhum dos seus livros utilizou a expressão educação social, mesmo quando escreveu o livro que tratava do trabalho realizado por educadores sociais de rua. Interessante é que Freire (1989) utiliza uma expressão que fortalece o grupo de educadores que defendem que o que chamam de educação social (para nós educação não escolar) não é uma área nova e, sim, o espaço de atuação - diferente porque não se dá na escola: “Quer dizer: quem trabalha no **campo da educação na rua**, sabe uma porção de coisas que descobriu, que a rua lhe ensinou” (p. 24). A partir dessa passagem de Freire e dos seus livros que apresentam a sua definição de educação popular, temos as seguintes hipóteses, sustentadas em pesquisas bibliográficas (teses e dissertações) e empíricas (AEPPA):

1. O uso da **educação social no Brasil** nasce da política da assistência social e na área da educação toma-se essa expressão como uma nova área a ser implantada, difundida e reconhecida na universidade.
2. No lugar de utilizarmos **educação** não escolar usa-se educação social por desconhecimento das implicações teóricas dos seus respectivos conceitos. Reconhecemos que ao utilizar **Paulo Freire** como fundamentação teórica de projetos de formação de educadores sociais e de políticas que abarcam esse contexto de trabalho e de produções de intelectuais sobre esse tema, o uso mais coerente seria **educação popular**. Alertamos que nem toda educação não escolar está consubstanciada na educação popular.
3. Há uma disputa de conceitos e de projetos educacionais que estão em jogo, e suspeitamos que muitas pessoas envolvidas nessa discussão sabem dessas compreensões contraditórias em relação ao uso de **Paulo Freire** na afirmação da educação social como fundamento da prática educativa de educadores sociais, mas o utilizam por defender uma nova área de atuação e de pesquisa na universidade.
4. Há uma emergência de pesquisas sobre o **contexto do trabalho de educadores sociais** para desvelar essas implicações teórico-metodológicas na construção de um referencial que contemple a realidade do trabalho dos educadores sociais.
- 5 O debate nacional da **regulamentação da profissão do educador social** requer estudos sobre a identidade profissional desse trabalhador e de investigações que apresentem quais conceitos consubstanciam o *quefazer* de educadores sociais.

Mediante esses cinco pontos, é interessante recuperar parte da história da educação popular no Brasil. Para tanto, recorreremos a Streck (2006, p. 273):

A Educação popular surgiu na margem da sociedade, muitas vezes abertamente contra a

educação formal. Nas discussões das décadas de 1970 e 1980 era muito comum encontrarmos argumentos contra e a favor da possibilidade de uma autêntica Educação popular dentro do sistema escolar, uma vez que o caráter controlador era visto como inerente à ordem institucional da qual a escola faz parte.

Como podemos observar, a educação popular tem sido uma pauta de debate tanto no tocante ao seu espaço de atuação (dentro ou fora da escola), como enquanto movimento educativo contrário à ordem societária vigente de caráter controladora e repressiva. Semelhante ao que nos apresenta o autor acima, Brandão (2006) contextualiza a educação popular e seu significado com base na pedagogia crítica:

Ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a *Educação popular* não é uma variante ou um desdobramento da *educação de adultos*. Frente a um modelo de origem européia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a *Educação popular* emerge como um *movimento* de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a Educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. (p. 41- 42).

Conforme podemos aferir, a educação popular não é só um espaço de atuação ou que se refere a uma ou outra modalidade de educação (de adultos, não escolar etc.). Ela é uma concepção de educação que pressupõe perspectivas teóricas e metodológicas críticas. Em um registro de Paulo Freire, escrito a mão e disponibilizado no Instituto Paulo Freire, localizamos a definição de pedagogia crítica, conforme podemos observar na imagem abaixo:

Vejam os que, na imagem a seguir, Paulo Freire defende a pedagogia crítica como uma teoria revolucionária que visa à transformação social a partir de conteúdo crítico, não se delimitando a uma descrição da realidade excludente ou apenas a uma prática intervencionista desassociada da formação política.

cadores. A pedagogia crítica não se satisfaz, porém, com o exercício do conhecimento do objeto, mas se satisfaz com a descrição da realidade mas, ao contrário, com a sua transformação. É neste sentido que o educador crítico necessariamente progressista ou revolucionário, jamais, em sua prática com os educandos, fica ao nível do mero convencimento deles em torno do conhecimento do objeto ou do conteúdo que os deveria. Mesmo que não há convencimento de algo que não ultrapasse implicar uma possível ação posterior no sentido de preservar a realidade ou de transformá-la.

**Figura 1** – Retirado do IPF, com o registro: FPF.OPF.89-035

Na tese de Paulo (2018) localizamos as dimensões da educação popular: política, epistemológica, antropológica-ontológica, social, filosófica, ética, estética e pedagógica. Como demonstração de que a educação popular é mais que uma educação destinada aos empobrecidos - via uma pedagogia dos direitos (que também é necessária) - explicitamos dois dos pressupostos apontados que merecem destaques, os quais foram subsídios para a defesa de que o fundamento ontológico da Educação popular é a *luta engajada*:

**Político:** Educação e projeto de sociedade não são dicotomizados. Esses possuem intencionalidade, ruptura com os processos de opressão e alienação, cuja educação tem a dimensão emancipatória/revolucionária (libertadora e humanizadora em Freire), contrária à educação conservadora, burguesa, assistencialista, moralista, instrumental e bancária. [...]. **Antropológico e Ontológico:** O ser mais para a *humanização* com vistas a um projeto existencial e transformador, visando um projeto de sociedade libertador. Por isso, a *presença engajada* é uma necessidade ontológica. [...]. (PAULO, 2018, p. 197).

Retornando às cinco hipóteses sugeridas com relação ao uso do vocábulo educação social referenciando Freire como autor inspirador, apresentamos - no tópico a seguir -, um breve levantamento bibliográfico das definições que encontramos em artigos e teses sobre educação social.

Juntamente com esse levantamento bibliográfico apresentaremos as nossas pesquisas empíricas que subsidiam a nossa suspeita de que não temos apenas, sobretudo no contexto da universidade, uma disputa de conceitos que não são complementares, mas contraditórios em relação ao uso de Paulo Freire para a afirmação da existência de educação social com fundamento nesse autor. Igualmente, há um contexto a ser investigado que demanda uma longa jornada de estudos sobre as práticas educativas de educadores sociais, desenvolvidas no âmbito não escolar.

### 3.1 Conceitos de educação social: um caso a investigar

Em um primeiro momento, buscamos localizar trabalhos que são realizados em nível de mestrado e doutorado que utilizam a educação social. Fizemos o levantamento na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), localizando 76<sup>1</sup> trabalhos, sendo que 10 deles empregam o conceito de educação socialista<sup>2</sup>, diferente de educação social. Portanto, ficamos com 66 trabalhos, em sua maioria, dissertações.

O critério de pesquisa foi: localização nos títulos, palavras-chave e resumos, pois ao realizar a pesquisa somente a partir do termo no título encontramos 16 trabalhos, sendo que 3 foram realizados em programas de pós-graduação em educação.

Ao trabalharmos com a pesquisa mais aberta, incluindo outros programas de pós-graduação, constatamos que a maioria deles foi produzida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Por questão de foco, decidimos analisar os trabalhos realizados em universidades do Rio Grande do Sul, tendo em vista que a AEPPA tem sua atuação neste estado.

Nas universidades do Rio Grande do Sul encontramos trabalhos na PUC (11), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (4), na Universidade de Caxias do Sul (2<sup>3</sup>), nas Faculdades EST (1), Universidade Federal de Pelotas (1) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1). Destes 23 trabalhos, 10 foram resultados de pesquisa em nível de mestrados e dois destes, ao serem analisados, não continham nenhuma vez a expressão educação social.

De um modo geral, os temas tratados são diversos: saúde, pedagogia social, educação social de rua, educadores sociais, Organizações não governamentais, Pedagogia Social em Pestalozzi e educação salesiana. A maioria utilizou Paulo Freire como referência teórica. Nem todos os autores definiram o que é educação social com clareza. A maior parte dos trabalhos associam a educação social com a educação não formal ou educação no campo social. Também, são muito presentes os termos: prevenção, socialização, adaptação, intervenção, inclusão social, melhores

1 Para estudos mais aprofundados, indicamos a dissertação de Santiago P. Dias, que realizou um levantamento bibliográfico no Banco de *Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes). Neste levantamento, o autor localizou 154 trabalhos utilizando o descritor “Educação Social”, entre os anos de 1996 até 2016.

2 Dois destes trabalhos foram realizados na UFRGS.

3 Nenhum deles aparece o termo “educação social” na dissertação.

condições de vida, caridade, solidariedade, ressocialização, reintegração e participação.

Encontramos, no Brasil, um grupo de diferentes regiões que vem defendendo a educação social. Alguns destes educadores são professores universitários, outros estudantes de cursos de mestrados e doutorados em educação ou áreas afins. Para exemplificar nomearemos alguns destes pesquisadores: João Clemente de Souza Neto, Roberto da Silva, Rogério Moura, Jacyara Silva de Paiva, Érico Ribas Machado, Cléia Renata Teixeira de Souza, Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, Karine Santos, Verônica Müller, Fabiana Moura, Paula Marçal Natali, Santiago Pavani Dias, entre outros. Importante é mencionar que a maioria destes pesquisadores participa da *Associação Brasileira de Educação Social e Pedagogia Social*, fundada por alguns destes, em junho de 2017. Fazem parte da gestão: Jacyara Silva de Paiva, Érico Ribas Machado e Karine Santos.

Consideramos importante a leitura dos trabalhos desses pesquisadores para que possamos avançar na discussão sobre os conceitos: educação popular, educação social e educação não escolar. Com relação ao uso de Paulo Freire, a maioria o utiliza como referência, mas nem sempre para conceituar diretamente a educação social mas, implicitamente, fazem uso deste autor para a defesa da educação social. Em alguns casos, já estabeleceram relações entre a educação popular e a pedagogia social: Paulo (2013), Machado (2014), Santos e Paulo (2017) e Paula (2017).

Outro ponto a destacar é que encontros de educação social vêm sendo realizados desde os anos 2000, sobretudo a partir de Roberto da Silva, professor da USP. Atualmente, são realizados encontros denominados “Eduso”, a exemplo do “Eduso RS”, coordenado pela professora Karine Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, citado aqui porque faz parte do território em que a Aeppa tem trajetória na educação popular, desde os anos de 1990.

### **3.2 Educação social, educador social, e educação popular**

*Fui educadora social do centro de referência de assistência social e educadora social de entidades privadas comunitárias. São mais de seis anos como educadora social e três de coordenação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As práticas pedagógicas embasadas são muito novas e vem muitas vezes com as vestes dos espaços escolares. (Caderno de Registros do Curso I).*

O curso realizado pela Aeppa atendeu uma demanda pouco ou quase nada discutida na universidade que é a formação de educadores sociais. A associação ofereceu gratuitamente o curso com um quadro de formadores com graduação, especialização, mestrado e doutorado, todos



vinculados ao movimento de educação popular do Rio Grande do Sul.

O curso<sup>4</sup> contou com um currículo que contemplou temas oriundos do trabalho realizado por educadores sociais, políticas públicas de garantia de direitos, regulamentação da profissão do educador social, concepções de educação popular, educação social e de diferença entre ser educador popular e ser educador social. Durante os cursos, os educadores realizaram práticas e pesquisa de campo com entrevistas e respectivos registros. Conjuntamente, discutiu-se sobre que tipo de formação contemplam, no contexto atual, as demandas do educador social, sendo sugeridos dois cursos: 1) Pedagogia, desde que reformulado e que a presença da educação não escolar esteja mais presente durante o processo formativo; 2) Curso superior de tecnólogo em educação não escolar. No tocante à concepção, segundos as entrevistas com educadores sociais (cursistas e outros entrevistados) totalizado mais de 50 participações, houve os seguintes entendimentos a respeito do que seria educação social:

1. Espaço de atuação. O Social porque acontece fora da escola;
2. Educação dos excluídos por conta do Público que atende: O social como sinônimo de vulnerabilidade social;
3. Educação prática: O social como fazer.

Acerca das referências da prática dos educadores sociais, todos entrevistados citaram Freire como pensador que embasa suas práticas educativas. Quanto às suas práticas, elas são múltiplas e não possuem uma clareza quanto o que fazer, porque fazer, como fazer, com quem fazer e qual o objetivo central para além da inclusão e garantia dos direitos. O que observamos, na verdade, não é só uma constatação do caso da Aeppa, mas, de um modo geral, não está explícito o que faz e quem é o educador social no Brasil.

Com referência à compreensão de educação popular, foi uma mistura de senso comum (trabalhar com o pobre) e associada aos movimentos populares, lutas por conquista de políticas públicas e ao Paulo Freire que alfabetizou adultos politizando-os. Apenas dez participantes vincularam a educação popular como concepção alargada de educação que pode ser realizada e concebida nos múltiplos espaços educativos, cujo objetivo é a transformação radical da sociedade – o que requer lutar, permanentemente, contra o sistema capitalista, visando destruí-lo. Embora todos os entrevistados reconheçam que na educação popular existe um conteúdo político do processo educativo que vai para além de uma *pedagogia dos direitos*, nem todos associaram essa concepção ao debate sobre disputa de projeto de sociedade, revolução ou reforma e socialismo. Em uma entrevista realizada com uma educadora social (profissão) e educadora popular por opção (militância), observamos a relação entre a *pedagogia dos direitos* e a *pedagogia da*

4 Duas das autoras participaram do curso como professoras.



*luta*, nos pressupostos da educação popular. Vejamos o que a educadora nos disse:

*As ações desenvolvidas em unidades governamentais revelam-se reafirmadoras de práticas e opressão e muitos educadores sociais tem a educação popular inspiradora dessa prática aonde o ato de estar nesses espaços realizando atividades com o público alvo dessas políticas é uma forma de lutar contra as desigualdades.*

Com essas três questões somada à temática da formação, da pesquisa bibliográfica nos livros de Paulo Freire e levantamento de pesquisas sobre educação social, temos propostas que nos colocam a reflexão permanente sobre a necessidade de pesquisas que tenham como foco pesquisa empírica com metodologias participativas que contribuam para uma teorização que contemple a realidade e esteja concernente com as suas filiações teóricas:

1. Paulo Freire **não é um autor da educação social**, segundo pesquisa realizada nos livros de Freire.
2. Os educadores sociais entrevistados **não possuem clareza sobre o social no uso do termo educação social**. Utilizam porque “dizem que o que fazem é isto”.
3. Paulo Freire na educação não escolar (ex.: SCFV) é usado porque trabalha com **metodologias** que visam a participação dos sujeitos atendidos pela política da assistência social. Existe uma relação com outras políticas de atendimento o que, muitas vezes, contribui para “confundir” a identidade do educador (social, popular, monitor, colaborador, agente, oficinairos).
4. Todos os educadores sociais afirmam que seu espaço de atuação não é escolarizado. Mas, muitas vezes, fazem “tarefa da escola”.
5. Todos os educadores entrevistados apostam num curso de formação que, minimamente, dê conta da realidade do trabalho deles. Enfatizaram que é preciso estudar Freire.

Acima, apresentamos cinco pontos que merecem outros artigos, pesquisas, discussões e pesquisas que venham a colaborar para avançarmos na produção de conhecimento nessa temática. Mas, de um modo geral, o uso de educação social representa uma disputa de conceito para esse novo fenômeno educativo em que atuam educadores sociais: educação não escolar institucionalizada. Os educadores sociais que realizaram cursos na Aeppa entregaram, em 2018, no *Instituto Federal do Rio Grande do Sul*, em um curso de educação popular em parceria com essa associação, uma carta demandando os seguintes cursos: Pedagogia, inspirado na pedagogia da alternância, Curso

superior em educação não escolar, na perspectiva da educação popular<sup>4</sup> e continuidade dos cursos de extensão.

### Considerações finais

O nosso estudo revelou a necessidade, importância e urgência de pesquisas que discutam a relação entre os conceitos educação popular e educação social e o uso de Paulo Freire, neste último caso. Além disto, observamos que pesquisas sobre esse tema não podem ou não deveria estar distante da interlocução com o campo empírico.

Em nosso caso, realizamos um estudo bibliográfico, uso de entrevistas e caderno de registros advindos de dois cursos de formação de educadores sociais realizado pela Aeppa. Advertimos que apresentamos uma realidade histórica, política e social de um determinado lugar e perspectiva, sendo interessante conhecermos outras experiências para que sigamos analisando esses temas.

Ao analisar, refletir e questionarmos a presença da educação popular e da educação social, no cotidiano do trabalho dos educadores sociais, identificamos a imprescindibilidade de convocarmos as universidades para contribuir com a formação dos educadores sociais, os quais trabalham em contextos não escolares institucionalizados. Estes espaços possuem uma proposta curricular (temas e eixos transversais), objetivos gerais e específicos, planejamento e, em alguns casos, como no *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, acompanhamento da frequência das pessoas que são atendidas por esta política. E, todos educadores sociais entrevistados e participantes do curso da Aeppa reconhecem Freire como teórico das suas práticas. Alguns deles afirmam que trabalham “[...] com a educação social porque os técnicos da *Fundação da Assistência Social* chamam assim”. Esses dados da realidade nos convidam a continuar essa investigação sobre conceitos e categorias que se apresentam na vida concreta das trabalhadoras da educação não escolar.

É importante destacar que no documento intitulado: *Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*<sup>5</sup> (SCFV) existe a relação entre aprendizagem e a sociabilidade, não apontando a dimensão pedagógica. Acreditamos que temos a necessidade de estudar essas questões do contexto concreto do trabalho do educador social para produção de teorias que contribuam para desvelar quais práticas educativas existem na educação não escolar cuja presença do pedagógico é (muitas vezes) negada, mesmo quando é manifestada nas falas e nos fazeres de educadores sociais.

Constatamos que há uma carência de espaços formativos para os educadores sociais, sobretudo na universidade. Verificamos que são poucos os educadores sociais que participam de movimentos populares, mudando o perfil atual de educadores que trabalham no contexto não escolar. Isto é, na Aeppa, a maioria que participa como militante

4 Demandado por educadores sociais que não se identificam com o curso de Pedagogia, ainda muito escolarizado. Sublinhamos a necessidade de uma discussão, em nível nacional, da organização curricular e proposta deste curso.

5 Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/perguntas\\_e\\_respostas/PerguntasFrequentesSCFV\\_032017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf). Acesso: 04 set.2018.

do movimento de educação popular se identifica, também, como educador popular porque é militante da educação popular (PAULO, 2013). Em outras palavras, carecemos de clareza conceitual não só acerca do que é educação social, mas da própria educação popular e de definição de ser educador social como profissão e exercício profissional na área da educação.

Há uma crescente produção intelectual na defesa da educação social, mas ainda é nublado o entendimento desta acepção, principalmente quando a teoria de Paulo Freire é o embasamento desta defesa conceitual. Interpretamos, a partir disto, que Paulo Freire é um autor que merece ser valorizado na universidade, estudado e pesquisado desde a graduação aos cursos de doutoramento.

Consumada a nossa hipótese, concluímos, pelo menos com base neste estudo e nos nossos referenciais, que há uma disputa de conceitos e de projetos educacionais.

Com relação a essas disputas, que vêm reafirmando a educação social como teorização da prática do educador social, nos parecem necessários outros referenciais teóricos que não os da educação popular, para a sua defesa. Portanto, utilizando Paulo Freire, reafirmamos a nossa suspeita de que esses conceitos (educação popular e educação social) não são complementares. Ao contrário, estão em disputa por afirmação e reconhecimento de uma nova área da educação que está sendo constituída em algumas universidades brasileiras.

Diferente desse entendimento, nossa argumentação é de que precisamos discutir o curso de pedagogia que, segundo suas diretrizes<sup>6</sup>, que deve contemplar a educação não escolar em seu currículo. Temos a necessidade de qualificar e discutir melhor a que e a quem se destina a presença da educação não escolar no currículo do curso de licenciatura. É importante debater sobre as diferenças entre área e modalidade de educação, pois para nós, não existe a necessidade de criar uma nova área para o trabalho com a educação não escolar. Entendemos que a educação não escolar é diferente e não é sinônimo de educação social. Por enquanto, defendemos que pode vir a ser uma modalidade da educação que acontece no campo educativo (*locus*) educação não escolar, diferente do campo de ensino-aprendizagem<sup>7</sup>. Como modalidade de educação não escolar ela pode contribuir para transversalização das áreas da educação, saúde e assistência social. Concebemos que as práticas educacionais realizadas no contexto não escolar institucionalizados, por educadores sociais, dão-se com atuação exclusiva nessa modalidade. Ainda não temos clareza de que tipo de formação inicial é necessária para o exercício dessa profissão. Porém, a AEPPA e nós, defendemos o nível mínimo de formação os cursos de educação superior<sup>8</sup>. A Aeppa faz a defesa de cursos na perspectiva da educação popular, entretanto sinalizamos para elucidação de que compreensões de educação popular existem, e quais são defendidas.

6 Conferir na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. É preciso avançar no campo de atuação do licenciado em pedagogia. Nos perguntamos se de fato o trabalho do educador social é uma ocupação que exige curso de licenciatura. Nos parece que é urgente discutir sobre essa temática.

7 Importante destacar que no documento intitulado: Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) existe a relação entre aprendizagem e a sociabilidade, não apontando a dimensão pedagógica. Nós compreendemos que existe um fazer pedagógico.

8 O foco da formação em nosso entendimento deve ser educação não escolar e o trabalho do Educador Social e não a defesa da criação de uma nova área na educação: área da Educação Social. Sobre isso sugerimos conhecer os projetos de leis que defendem a regulamentação da profissão do educador social. São os projetos: o primeiro de autoria do deputado federal Chico Lopes (n. 5346/2009) e o segundo de senador Telmário Mota (n. 328/2015).

Não estamos dizendo que estes espaços (escolares e não escolares) não possuam a perspectiva pedagógica e que elas não dialogam entre si. Ao contrário, ambas exigem a intersetorialidade no desenvolvimento das suas práticas, em que o pedagógico e o educativo se entrecruzam. Portanto, assim como a educação especial é uma modalidade da educação que perpassa por outras (educação de adultos, educação profissional) a educação não escolar também é circular.

Há compreensões contraditórias em relação ao uso de Paulo Freire, pois educação popular, para este autor, não é somente metodologia de trabalho, como vimos ao longo do texto. A afirmação da educação social como fundamento da prática educativa de educadores sociais é antagônica ao que Freire afirmava ao falar das práxis: teoria e prática não se dicotomizam (FREIRE, 1987). A principal diferença entre a educação popular e a educação social é que a primeira é um movimento que alimenta a esperança de transformação social via um projeto político de uma sociedade justa e igualitária, portanto, inspirada na pedagogia socialista. A segunda é, aqui no Brasil, um conceito pouco utilizado, sendo necessários estudos mais aprofundados sobre o que significa a adjetivação do *social* na educação. No caso das nossas investigações, a “educação social” quando utilizada, realiza-se em organizações da sociedade civil, mas sem compreensão do que seria essa concepção. Em alguns casos, a lógica assistencialista perpetua nessas organizações da sociedade civil que vêm realizando trabalhos pontuais voltados às demandas de setores populares, com quase nenhum questionamento do sistema e da lógica capitalista que reproduz a opressão e a desigualdade.

A análise a partir da pedagogia crítica contribuiu para a nossa teorização de que assim como Ribeiro (2006) já afirmava, os conceitos de educação social e educação popular não são complementares e estão, em quase todos os casos, sobretudo no uso da educação social, sendo substituídos, reformados e relocados.

## Referências

BRANDÃO, C.R. **O que é educação popular**. *Coleção Primeiros Passos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. (CF) (1988). DOU 05/10/1988.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). DOU 27/09/1990.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução n. 187 de 23 de**

**maio de 2017.** Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. DOU 30/05/2017.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

DIAS, S. P. **Educadoras e educadores sociais de Porto Alegre em busca de reconhecimento.** 2018.162f.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUCRS. Porto Alegre.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira.** Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação – Escola de Belas Artes, Pernambuco, Recife, 1959. 139f.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. NOGUEIRA, A. QUE FAZER. **Teoria e prática em educação popular.** Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, P; GADOTTI, G. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P; HORTON; M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social: organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters; tradução de Vera Lúcia Mello Josceline; notas de Ana Maria Araújo Freire.-** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MACHADO, É. R. **O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual do Brasil e Espanha.** 2014. 304p. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PAULO, F. **El grito manso.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006

PAULO, F.S; BIERHALS, P. R. CONTE, I. I. Educação popular e pedagogia social: um encontro possível no caso de Porto Alegre? Educação: **Teoria e Prática/ Rio Claro/** Vol. 23, n.43/ p. 128-144/ Mai-ago. 2013.

PAULA, E. M. A. T. de. **Pedagogia Social e Educação Social: Análises das convergências e divergências teóricas dessas áreas no Brasil.** *Ensino & Pesquisa*, jul. 2017. p. 8- 29.

PAULO, F.S. **Formação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre formados/as em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios.** 2010. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação popular) – Instituto Superior de Educação Ivoti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre.

PAULO, F.S. **A formação do (as) educadores (as) populares a partir da práxis: Um estudo de caso da AEPPA.** Porto Alegre. 2013. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação).

PAULO, F.S. **Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade.** 2018.268 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS,

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, jan. /abr. 2006.

SANTOS, K; PAULO, F. S. (Des)encontros entre a Educação popular e a pedagogia social. *Ensino & Pesquisa*, jul. 2017. p. 159-160.

SEVERO, J. L. R. L. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (Online), Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set. /dez. 2015.

STRECK, D. R. A Educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 32, p. 272-284, maio/ago. 2006.

Recebido em: 11/09/2018  
Aprovado em: 18/04/2019  
Publicado em: 11/05/2019